

A EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE UM FRONTEIRIÇO

■ RODRIGO ROCHA DA SILVA

<http://orcid.org/0000-0001-8321-3906>

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

■ ORLANDO MOREIRA JUNIOR

<http://orcid.org/0000-0003-2257-880X>

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

RESUMO

A educação na fronteira tem sido objeto de debate e pesquisas, nas últimas décadas, principalmente a partir do início do século XX. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a educação escolar na fronteira Brasil-Paraguai, especificamente na Escola Estadual Guimarães Rosa, situada no município de Sete Quedas, MS, com o objetivo de compreender as dificuldades enfrentadas pelos “brasiguaios”, em seus processos de escolarização e decorrentes da pluralidade cultural daquele espaço. Metodologicamente, pretende-se levantar e analisar as concepções teóricas e metodológicas da educação na fronteira, bem como descrever as singularidades e generalidades encontradas nas histórias de vida de fronteiriços, por meio da trajetória escolar narrada (auto)biograficamente pelo pesquisador e por cinco sujeitos. Para tanto, foram realizados questionários de levantamento do perfil dos sujeitos, entrevistas, produção de memorial de formação do pesquisador e análise documental e bibliográfica, tendo como fontes textos que tratam da temática e dados estatísticos oficiais. Como resultado, foi possível identificar a complexidade de fatores que influenciam a educação escolar na fronteira e os desafios existentes nessa realidade escolar.

Palavras-chave: Educação. Fronteira. Narrativas (auto)biográficas.

ABSTRACT

EDUCATION ON THE BORDER BETWEEN BRAZIL AND PARAGUAY: (AUTO)BIOGRAPHICAL NARRATIVES OF A BORDERER

Education at the border has been object of debate and research in the last decades, especially since the beginning of the 20th centu-

ry. In this context, this research aims to study the school education in the Brazil-Paraguay border, specifically in the State School Guimarães Rosa, located in the municipality of Sete Quedas, Mato Grosso do Sul, Brazil, with the objective of understanding the difficulties faced by the “brasiguaios” in their processes of schooling, stemming from the cultural plurality present in this space. Methodologically, it is intended to raise and analyze the theoretical and methodological conceptions of education at the border, as well as to describe the singularities and generalities found in the life stories of the borderers, through the school trajectory narrated (auto)biographically by the researcher and by five subjects. For that, questionnaires were carried out to survey the profile of the subjects, interviews, production of the researcher’s training memorial, and documentary and bibliographic analysis, having as sources texts that deal with the theme and official statistical data. As a result, it was possible to identify the complexity of factors that influence school education at the border and the challenges that exist in this school reality.

Keywords: Education. Border. (Auto)biographical narratives.

RESUMEN

LA EDUCACIÓN EN LA FRONTERA ENTRE BRASIL Y PARAGUAY: NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DE UN FRONTERIZO

La educación en la frontera ha sido objeto de debate e investigaciones en las últimas décadas, principalmente a partir de principios del siglo XX. En este contexto, la presente investigación tiene como objeto de estudio la educación escolar en la frontera Brasil-Paraguay, específicamente en la Escuela Estadual Guimarães Rosa, situada en el municipio de Sete Quedas, Mato Grosso do Su, Brasil, con el objetivo de comprender las dificultades enfrentadas por los “brasiguaios” los procesos de escolarización, derivados de la pluralidad cultural presente en ese espacio. Metodológicamente, se pretende levantar y analizar las concepciones teóricas y metodológicas de educación en la frontera, así como describir las singularidades y generalidades encontradas en las historias de vida de fronterizos, por medio de la trayectoria escolar narrada (auto) biográficamente por el investigador y por cinco sujetos. Para ello, se realizaron cuestionarios para levantar el perfil de los sujetos, entrevistas, producción de memoria de formación del investigador y análisis documental y bibliográfico, teniendo como fuentes textos que tratan de la temática; y datos estadísticos oficiales. Como resultados, fue posible identificar la complejidad de factores que influyen la educación escolar en la frontera y los desafíos existentes en esa realidad escolar.

Palabras clave: Educación. Frontera. Narrativas (auto)biográficas.

Introdução

O território de fronteira consiste em um espaço que estabelece uma forma complexa de interação, por apresentar, de forma mais acentuada, contradições culturais e socioeconômicas que se materializam nas relações de trabalho, escolarização e convivência social. Dessa forma, ao eleger a educação escolar na fronteira como objeto de estudo, intencionamos¹ trazer ao debate os aspectos mais marcantes das contradições vivenciadas por estudantes fronteiriços que passaram ou ainda estão em processo de escolarização nesse espaço de diversidades.

O interesse por esta temática advém do fato de um dos autores ter experienciado, em seu próprio processo de escolarização, essa situação peculiar, pois, embora fosse filho de brasileiros e tivesse nascido em Guairá, PR, município que faz divisa com o Paraguai e o Estado do Mato Grosso do Sul, após seu nascimento sua família mudou-se para a Colônia Mari Luz, localizada no Paraguai, lugar em que possuíam uma pequena propriedade rural, da qual retiravam sua subsistência. Assim, sua escolaridade básica foi fronteiriça.

As dificuldades que enfrentou nessa experiência pessoal em uma escola fronteiriça, advindas tanto das condições materiais ofertadas pelas redes de ensino quanto da situação

socioeconômica de sua família, tornaram-se a motivação principal para optar por essa temática de pesquisa, quando ingressou no curso de graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Campo Grande, MS.

As contribuições teórico-metodológicas da Geografia, tais como os conceitos e estudos sobre as regiões de fronteira e as especificidades da escolarização presentes em cada região do Estado e do país, ampliaram a motivação inicial e reiteraram a importância e a necessidade de estudar as questões que permeiam a educação na fronteira. Desta forma, uma série de inquietações estimulou a pesquisa: qual a percepção dos alunos fronteiriços sobre sua condição de estudante? De onde eles vêm? Para onde vão? Por que eles escolhem as escolas brasileiras? Qual o significado da fronteira (geográfica e cultural) para esses alunos? Esses questionamentos, portanto, serviram como direcionamentos para a execução da pesquisa.

De tal modo, o objetivo principal deste artigo é compreender as dificuldades enfrentadas pelos “brasiguaios” em seus processos de escolarização, decorrentes da pluralidade cultural presente nesse espaço. Diante de tal panorama, o estudo centra-se na educação da fronteira, na percepção subjetiva dos egressos e alunos frente ao desafio de estudar na fronteira, bem como nas relações objetivas advindas do contexto histórico, social e econômico desse território, levando-se em consideração o perfil diferenciado desses alunos, principalmente no que se refere às relações linguísticas e à diversidade cultural.

Trajetória de pesquisa: método biográfico e pesquisa narrativa

Para nos aproximarmos dos questionamentos que mobilizaram a pesquisa, tomamos

¹ Este artigo que, inicialmente, foi elaborado como trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Geografia, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, foi orientado pelo Prof. Dr. Orlando Moreira Junior, e escrito, portanto, a quatro mãos. No entanto, após enviarmos o artigo para a avaliação desta revista, e antes de sua aprovação, o professor Orlando faleceu. Ele venceu a luta contra um câncer, mas, nos últimos dois anos, enfrentou as consequências do tratamento, que deixou seu organismo debilitado. A publicação deste trabalho com sua coautoria é motivo de muito orgulho para mim, e a ele presto minhas sinceras homenagens, pelo grande professor, orientador e amigo que foi. Sua história de vida inspira a mim, a seus colegas e ex-alunos da UEMS, a construir, assim como ele, uma trajetória como docente e pesquisador que preza, acima de tudo, a construção de relações sólidas, pautadas na humanidade e na consideração pelo outro.

como referencial teórico o método biográfico, por meio da abordagem metodológica da pesquisa narrativa. Para a produção dos dados, foram utilizadas a análise bibliográfica e documental, tendo como fontes autores que tratam das questões de fronteira, a legislação educacional, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Guimarães Rosa e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bem como a produção de memorial de formação pelo pesquisador, aplicação de questionário, para levantamento do perfil dos sujeitos e realização de entrevistas com cinco fronteirões, egressos da Escola Estadual Guimarães Rosa.

Trata-se, portanto, de uma investigação qualitativa, com participação ativa dos sujeitos da pesquisa, incluindo o próprio pesquisador, ou, como bem expressam Prado, Soligo e Simas (2014, p. 1), uma pesquisa “[...] constituída a partir da experiência do/s sujeito/s tal como é vivida e sentida por ele/s” e “[...] construída a partir de um pensamento metacognitivo do pesquisador”, pois “[...] pressupõe um processo de implicação do pesquisador/autor.”

A abordagem das narrativas foi de suma importância para a produção e a compreensão dos dados, pois possibilitou que nos aproximássemos do que pensam os egressos e alunos de fronteira a respeito da educação que recebem e das relações estabelecidas, de como constroem seus saberes e desenvolvem suas vivências no ambiente escolar, potencializando interpretações compreensivas da experiência, em um processo reflexivo e de conhecimento de si (FREITAS; FIORENTINI, 2007).

Dessa forma, buscamos, nesse processo de pesquisa, conforme Souza (2014, p. 42), os “[...] aspectos históricos e subjetivos frente às reflexões e análises construídas por cada um sobre o ato de lembrar, narrar e escrever sobre si”.

Na análise dos dados, intencionamos “[...] construir saberes e conhecimentos a partir das interpretações e compreensões possíveis no percurso a partir das ações que vão acontecendo”, pois compreendemos que não cabe ao pesquisador tentar apreender o movimento do real, descobrir uma verdade universal, mas entender, o mais próximo possível do real, as múltiplas relações que se estabelecem e o sentido dado a estas pelos sujeitos participantes, “não para propor verdades absolutas, pois não está absolutamente em questão defender uma verdade única, mas para dar sentido às múltiplas verdades existentes” (PRADO; SOLIGO; SIMAS, 2014, p. 12).

Foram sujeitos da pesquisa, além do pesquisador, os cinco fronteirões entrevistados, a partir de um roteiro, sendo quatro alunos egressos e um aluno matriculado no terceiro ano do ensino médio. Assim, nas entrevistas, foram realizadas perguntas diferentes para os egressos e para o aluno que ainda está cursando o ensino médio.

Feitas essas considerações sobre a trajetória da pesquisa e sobre nossas escolhas teórico-metodológicas, trazemos, na próxima seção, alguns apontamentos sobre os desafios dos “brasiguaios” nas regiões de fronteira, com ênfase nas questões ligadas à escolarização.

Fronteira e Pluralidade: a escola e os desafios na vida dos “brasiguaios”

A região de fronteira engloba grande parte do território brasileiro, estreitando as relações entre brasileiros e povos de países vizinhos. Scherma (2015, p. 1) informa que:

O país tem fronteiras com nove países sul-americanos e com a Guiana Francesa. Apenas dois países sul-americanos não fazem fronteira com o Brasil: Equador e Chile. A região conhecida como “faixa de fronteira” brasileira é uma faixa

de 150 km de largura ao longo da nossa fronteira terrestre, abarcando 11 Unidades da Federação e 588 municípios. Nesta região vivem aproximadamente 10 milhões de habitantes.

Nessa faixa de 150 quilômetros de largura e 15.719 quilômetros de comprimento, segundo Torchi e Silva (2014), com base em dados do censo escolar de 2013, há 13.640 centros de ensino, privados e públicos, que atendem a 2.627.797 alunos do ensino fundamental e médio.

Max e Oliveira (2009, p. 26) explicam que existem dois tipos de divisão de fronteira: a divisão por faixa, em que “uma zona fronteiriça pertencente ao bem público da União” e por linha de fronteira, que se refere “[...] ao limite demarcado, o qual distingue a faixa de dois estados fronteiriços, sendo comum a ambos”.

Dessa forma, quando se analisa a educação escolar nessas regiões de fronteira, deve-se levar em consideração suas especificidades e complexidades, tendo em vista que ali se encontram alunos com línguas, costumes e culturas diferentes, pois:

Uma fronteira representa muito mais do que uma mera divisão e unificação dos pontos diversos. Vai além do limite geográfico. É um campo de diversidades. É o encontro com o ‘diferente’ físico e social. E é nesse espaço que as relações se formam e se deformam. Completam-se e dão forma à diversidade, à cultura. Por meio de amizades e companheirismo formam-se famílias, amigos e irmãos. (SILVA, 2011, p. 63)

Essa unificação entre os povos mostra a formação de uma cultura diversa, ou seja, uma miscigenação cultural, em que famílias são incorporadas e carregam traços de ambas as culturas, o que leva a desdobramentos na vida escolar de alunos fronteiriços. Ao escolher um dos lados da fronteira para a sua escolarização, inevitavelmente alguns aspectos serão fortalecidos ou valorizados culturalmente em detrimento de outros, que poderão ficar obscurecidos, ainda que façam parte da identidade de cada aluno.

Outro fator relevante a ser levado em consideração são as singulares formas de relação de poder estabelecidas nesse contexto:

[...] A fronteira divide ou une os povos, as nações e as culturas. Fronteira, melhor, fronteiras: os rios, as montanhas, os muros; e as pontes, os túneis e as estradas. A fronteira codificada: o ponto de contato, a linha demarcatória, o espaço comum. Nas fronteiras, as línguas e as linguagens, que nos distanciam e aproximam, nos constituem simbolicamente em peculiar identidade. (LUCE, 2014, p. 2)

A relação de poder que se estabelece na fronteira de Brasil e Paraguai carrega em si uma forte relação com o autoritarismo brasileiro, estabelecido a partir da guerra do Paraguai. Max e Oliveira (2009, p. 18) consideram que, apesar de não haver uma barreira física ou um “muro” na fronteira seca entre Brasil e Paraguai, existe entre os dois países uma barreira silenciosa ou simbólica, manifestada nas ações, nas posições sociais, na economia e na educação, pois, pelo fato do Paraguai possuir “uma economia basicamente de serviços” e, após a Guerra do Paraguai, não ter conseguido “se transformar em economia moderna”, fez com que o Brasil aprofundasse “um sentimento paternalista, ocasionado pela sua culpa histórica em decorrência das ações cometidas durante e após a incidência do referido conflito”.

Assim, seja autoritária ou paternalista, a relação entre Brasil e Paraguai, no que tange ao sistema educacional, é estabelecida de forma que o Brasil assume a responsabilidade, em grande parte de sua fronteira com o Paraguai, pela escolarização dos alunos fronteiriços residentes dentro de determinados limites territoriais, tendo em vista que na Constituição Federal brasileira a educação se constitui um direito subjetivo e um dever do Estado. Muitos paraguaios, no entanto, estudam nas escolas situadas do lado brasileiro da fronteira. É im-

portante destacar que se trata de paraguaios que possuem dupla cidadania, o que lhes confere o direito aos serviços sociais de uso coletivo. A questão que fica, neste aspecto, é referente ao currículo e, por conseguinte, à língua que é valorizada e à versão da história oficial que é privilegiada nesse currículo. Afinal, a Constituição Federal aponta, em seu Art. 205, que a Educação visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 126).

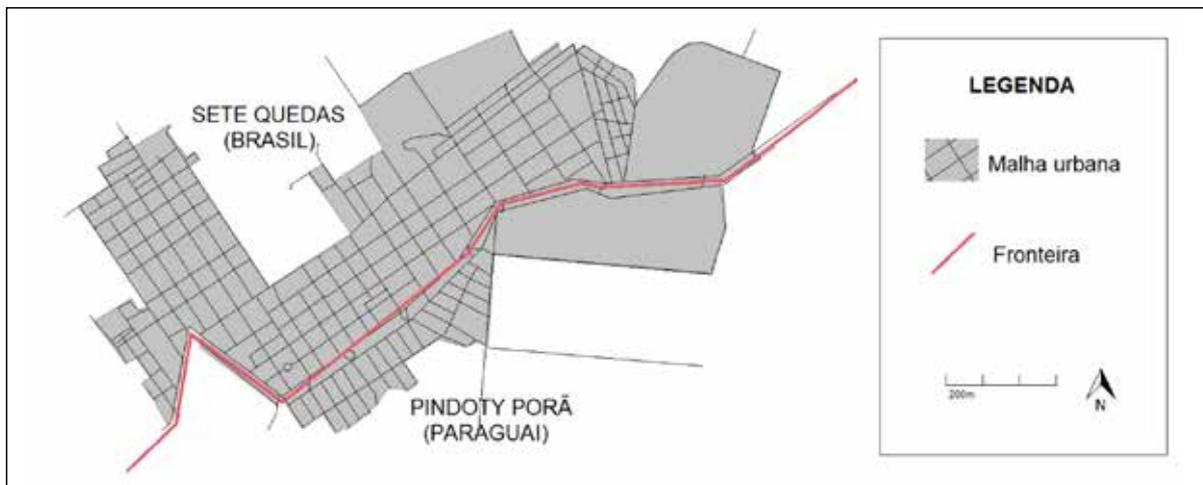
Essa mistura entre brasileiros e paraguaios é denominada popularmente de “brasiguaios”, um fenômeno que, segundo Sprandel (2006), surgiu a partir do processo de concentração de terras no Sul do país, especialmente no Estado do Paraná, e que posteriormente foi estendido para Mato Grosso do Sul, Estado com o qual o Paraguai também faz fronteira. A partir

de então, o fronteiroço passou a ser chamado de “brasiguai”, e sua língua de “portunhol”, pois frequentemente mistura o espanhol com o português como forma de favorecer as relações de comunicação.

O município fronteiroço em que realizamos a pesquisa, Sete Quedas, está localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, a 470 km da capital Campo Grande, fazendo fronteira, ao norte, com o município de Tacuru, ao leste, com o município de Japorã, a oeste, com o município de Paranhos e, ao sul, com o município paraguaio de Corpus Cristi.

No Departamento de Canindeyú, localizado a 30 quilômetros da fronteira seca, está o distrito de Pindoty Porã (Figura 1), que faz parte do município de Corpus Cristi. Sete Quedas mantém grande parte de suas conexões com o país vizinho, principalmente pelo consumo de produtos.

Figura 1 - Processo de conurbação territorial entre a cidade de Sete Quedas (BR) e o distrito de Pindoty Porã (PY).



Fonte: Silva (2017).

Em Sete Quedas, segundo o censo escolar do Inep (BRASIL, 2017), há seis estabelecimentos de ensino, sendo dois municipais, três estaduais e um privado. Destes, dois atendem ao ensino pré-escolar, seis ao ensino fundamental e três ao ensino médio.

A escola é um lugar plural, em que pessoas de várias idades, vindas de diversos contextos

sociais e culturais, se encontram. No entanto, a escola na fronteira apresenta, de forma acentuada, essa pluralidade cultural, reunindo alunos que têm não somente culturas, costumes, tradições e realidades distintas, mas, muitas vezes, também falam uma língua diferente. Diante disso, o trabalho do professor torna-se ainda mais desafiador, pois cabe a ele propor-

cionar que brasileiros e estrangeiros, no caso aqui os paraguaios, tenham iguais condições de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse sentido, Melo et al (2016, p. 3) apontam para a necessidade do professor “[...] criar condições de convivência, coibindo a discriminação, o preconceito, pois assim, todos poderão se desenvolver sem bloqueios, independentemente de sua nacionalidade”. Para tanto, o docente pode, ainda segundo os autores, incentivar a criação de um ambiente em que as diferenças culturais sejam valorizadas, esclarecendo as vantagens de se ter em uma mesma sala pessoas que conhecem outro idioma e outra cultura, o que pode contribuir para enriquecer a aprendizagem, e não ser motivo de empecilho ou de preconceito.

No entanto, os autores alertam que, de acordo com suas pesquisas, não foi esse o encaminhamento didático observado nas práticas dos professores de escolas na fronteira, os quais apresentavam dificuldade em se relacionar com alunos bilíngues ou trilingues ou de utilizar metodologias que fossem adequadas às especificidades dessas turmas (MELO et. al, 2016).

De fato, o desafio da escola fronteiriça, assim como outras escolas que atendem a grupos com características mais particulares, tais como as escolas do campo, pantaneiras, quilombolas ou indígenas, entre outras, é buscar formas de atender ao aluno de forma diferenciada, levando em consideração as suas especificidades, e não se organizando de forma universal e homogênea, com um currículo único que traz de modo fragmentado alguns poucos elementos das diferentes localidades e pessoas que frequentam as escolas.

Nessa perspectiva, Fedatto (2005) entende que, para que as escolas de fronteira atinjam este diferencial, os professores precisariam ter contato com as questões que envolvem essa temática, desde a formação inicial, ainda na graduação, bem como ter acesso à formação

continuada, em serviço, voltada para atender a tais especificidades.

Sob essa ótica, apontando as especificidades das escolas localizadas na fronteira Brasil – Paraguai, Nunes (2011, p. 212) explica:

Alunos paraguaios em escolas brasileiras vivenciam um contexto de negação de sua cultura e de sua identidade, o que pode trazer consequências para o processo de ensino/aprendizagem, pois muitos deles ao se depararem com a dificuldade da língua e falta de preparo dos professores para trabalharem com este tipo de situação, não conseguem acompanhar o restante da turma. Alia-se a isso as tensões e os conflitos identitários que ocorrem no interior da escola, a partir dos quais estes alunos passam por um processo intenso de desterritorialização na medida em que estão em outro país, falando outra língua que não a materna, inseridos em um conjunto de práticas e regras institucionais onde são os ‘diferentes’, os ‘paraguaios’.

A autora citada realizou sua pesquisa com professores de Geografia das escolas de Ponta Porã, MS, e constatou que os pesquisados não consideravam as várias diferenças identitárias e culturais como um elemento de diversificação de suas práticas pedagógicas, sob a alegação de que eram os alunos que deveriam se adaptar à realidade da escola. Não considerar estas especificidades, no entanto, não favoreceu a formação destes alunos, uma vez que sua principal dificuldade estava diretamente ligada à língua e à grafia, uma vez que parte deles havia dado início ao seu processo de escolarização no Paraguai, sendo alfabetizados em sua língua materna, ou seja, espanhol ou guarani, e quando inseridos nas escolas brasileiras tiveram que aprender uma nova língua, com significados e escrita diferentes.

Essa questão relacionada às dificuldades em relação à diferença entre a língua materna e a língua utilizada na escola de fronteira também é mencionada por Melo et al (2016, p. 7):

[...] Os alunos sofrem um choque cultural, pois convivem com a língua materna (espanhol ou guarani) e, na escola brasileira em Ponta Porã, precisam decodificar a língua portuguesa. Contudo, consideramos que este choque cultural poderia ser menos traumático, se os brasileiros, tanto professores quanto alunos adotassem uma postura respeitosa frente à cultura paraguaia, pois sendo o Brasil um país miscigenado, espera-se maior compreensão com as diversidades culturais.

Diante disso, faz-se necessário que as secretarias de educação (estadual ou municipais) criem projetos e estratégias para que a educação de fronteira possa, de fato, oferecer um atendimento educacional significativo aos alunos paraguaios que se matriculam em escolas brasileiras. A escolha das escolas brasileiras por alguns paraguaios, em alguns casos, ocorre por falta de opção e, em outros, por incentivo dos próprios pais, e buscando, principalmente, melhores condições sociais, tendo em vista que o Brasil ainda é considerado pelos paraguaios um país mais desenvolvido e com melhores condições de vida.

Um fator que dificulta a criação de projetos educacionais específicos, voltados para esse público, é a não discriminação, pelo censo escolar realizado pelo Inep, do número de paraguaios que estudam em escolas brasileiras de fronteira.

No caso específico de Sete Quedas, MS, o censo escolar de 2017 aponta que foram matriculadas 177 crianças na educação infantil, todas na rede municipal de ensino, e 1.792 alunos no ensino fundamental, dos quais 407 na rede municipal, 1.329 na estadual e 56 na privada. No ensino médio, o número de matriculados foi de 289 alunos, todos na rede estadual. No entanto, questionamos: quantas destas matrículas são de alunos que residem no Paraguai, tanto de paraguaios natos, paraguaios que possuem dupla nacionalidade vivendo nos dois países, bem como de brasilei-

ros residentes no Paraguai, os “brasiguaios”? A ausência dessa informação no censo escolar faz com que não se tenha essa informação exata, bem como contribui para que estes alunos passem despercebidos dentro da escola, não sendo reconhecidos como sujeitos que necessitam de um olhar diferenciado para suas especificidades.

Entretanto:

Esses alunos invisíveis existem, são reais e presentes nas escolas de fronteira, contudo, antes do reconhecimento do poder público, é necessário que os profissionais da educação os ‘vejam’ e busquem alternativas adequadas para darem visibilidade a esse aluno, de maneira que possa se sentir aceito e que seja evidenciada por meio do Plano Municipal de Educação, no Plano Estadual de Educação e outros mecanismos, como ferramentas de exposição da especificidade da educação na/da faixa de fronteira aos órgãos que normatizam as leis educacionais brasileiras. (ANASTÁCIO, 2018, p. 107)

Embora Anastácio (2018) tenha pesquisado outros municípios, tais como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a realidade de Sete Quedas não se mostra diferente. O ensino público não foi pensado de forma a atender as especificidades dos alunos fronteiriços ou, como ressaltou Melo et al (2016), utilizar a diversidade cultural e o bilinguismo como uma vantagem em prol do enriquecimento das experiências dos alunos, sobretudo no que se refere ao conhecimento sobre o contexto social, geográfico, cultural e econômico da fronteira.

Diante disso, Nunes (2011) destaca que é primordial que as escolas de fronteira tenham espaço e autonomia para incorporar aos seus currículos os mais diversos universos culturais, de acordo com a perspectiva intercultural, pois, dessa forma, o trabalho didático com as culturas presentes na escola se tornaria uma exigência.

Além desse desafio relacionado ao currículo, a melhoria da educação na fronteira tam-

bém envolve a discussão sobre a formação dos professores que trabalham ou que irão trabalhar nas escolas fronteiriças. Nesse sentido, as instituições de ensino superior que oferecem cursos de licenciatura nessas regiões precisam tratar dessas questões, tanto nas disciplinas pedagógicas quanto nas ligadas à prática, como os estágios supervisionados. É preciso, ainda, pensar em projetos que envolvam toda a comunidade escolar, visando melhorar a integração entre escola, alunos e professores, a fim de que as diferenças sejam valorizadas e, assim, seja possível oferecer uma educação menos hegemônica e que contemple as necessidades educativas específicas desses estudantes.

Na próxima seção, a fim de dar visibilidade aos que, conforme expressão utilizada por Anastácio (2018), se tornam alunos “invisíveis”, trazemos as narrativas (auto)biográficas dos brasiguaios: o pesquisador, também autor desse artigo, quatro alunos egressos e um aluno matriculado no terceiro ano do ensino médio. Os nomes dos entrevistados são fictícios, a fim de preservar suas identidades, e os excertos das narrativas foram formatados com fonte em itálico, a fim de diferenciá-los das demais citações.

A escola fronteiriça nas narrativas (auto)biografias de brasiguaios

Para os egressos, perguntamos em qual período estudaram na Escola Estadual Guimarães Rosa. Luiz cursou de 1996 a 2004; Antônio de 1997 a 2006; Matias de 1999 a 2009; e Enrique de 2002 a 2012. Isto evidencia que a presença de alunos moradores no Paraguai é frequente em escolas fronteiriças do Brasil.

Outro dado bastante importante está relacionado ao fato de que, mesmo sendo filhos de paraguaios, Luiz e Enrique terem sido registrados no Brasil. Esta é uma prática comum na

fronteira, e se dá, em muitos casos, para que as crianças possam realizar as matrículas ou receberem atendimento médico no Brasil.

Já Luiz e Antônio, embora sejam brasileiros, residem também no Paraguai, situação semelhante à do pesquisador, já mencionada na introdução, conforme narra:

Sou de nacionalidade brasileira, mas residi por dezoito anos no Paraguai, o que levou o meu processo escolar ser todo na fronteira, numa escola situada no município de Sete Quedas, MS. Quando completei sete anos, fui matriculado em uma escola rural mantida pelo município de Sete Quedas para receber os filhos de brasileiros que moravam na colônia Paraguaia Mari Luz e nas regiões próximas. (Rodrigo, 2017)

Quando questionados sobre o que os levou a se matricular em uma escola brasileira, a resposta unânime foi o fato de não ter escola próxima no Paraguai, como pode ser observado nas narrativas: “A opção por estudar em uma escola no Brasil foi por não ter uma escola próxima no Paraguai, sendo inviável se deslocar até a escola mais próxima que ficava a 40 km” (Luiz, 2017). “Por não ter escola em Pindoty Porá, só tinha escola em Corpus Cristy. Então me matricularam na Escola Guimarães Rosa em Sete Quedas” (Enrique, 2017).

Fica claro, portanto, que as escolas fronteiriças acabam por atender a alunos dos dois países. Como as escolas brasileiras são mais acessíveis, recebem alunos das proximidades, tendo em vista a dificuldade de acesso às escolas paraguaias, que se localizam distantes em relação aos distritos e vilas.

Conforme Pereira (2014, p. 103):

Na realidade das escolas fronteiriças há estudantes oriundos dos países vizinhos e filhos de migrantes que frequentam escolas do lado brasileiro e vivem múltiplas referências identitárias: em família, falam o idioma de origem; na escola, utilizam o português; nas relações sociais, expressam-se em espanhol ou guarani.

Dessa forma, essa migração pendular dos residentes do Paraguai que vêm para o Brasil, a fim de estudar, provoca a necessidade de que as escolas de fronteira considerem essa pluralidade cultural e identitária, pois, para os paraguaios, tanto o idioma como os conteúdos curriculares apresentados na escola são diferentes.

Outra questão presente nas narrativas é o fato da escola ser multisseriada, o que foi citado pelo pesquisador e por dois dos entrevistados. O pesquisador Rodrigo chama a atenção para outra situação, possivelmente decorrente da multisseriação: a distorção idade-série.

A escola possuía apenas uma sala de aula, multisseriada, que atendia a alunos da 1ª a 4ª série, e na qual permaneci até a 3ª série. Um fato marcante em minha trajetória escolar e principalmente com a multisseriação, foi o fato de que muitos alunos eram repetentes e outros ingressaram na escola tardiamente, seja devido à falta de escola próximas as suas residências, seja pelo fato de os pais não maticularem seus filhos no período correto. Deste modo, dentro de uma sala tinha alunos de 1ª a 4ª série com uma diferença de idade muito grande. Recordo que eu e meus vizinhos de sítio fomos matriculados no mesmo ano, para iniciar os estudos na 1ª série. Enquanto eu tinha 7 anos de idade, o mais velho tinha 15 anos e o mais novo 13 anos. Muitos dos alunos que estudaram comigo cursaram por apenas um ou dois anos; só o tempo de aprenderem a ler e a escrever. A experiência com a multisseriação continuou, quando fui transferido para outra escola, localizada na Vila Miguel, fronteira seca entre Brasil e Paraguai. Apesar de a escola ser maior, possuir mais salas e oferecer ensino da pré-escola à 8ª série, também era multisseriada. Nesta escola estudei da 4ª até a 8ª série. (Rodrigo, 2017)

As narrativas de Luiz e Antônio também trazem outro detalhe importante: a falta de professores, o que fazia com que, mesmo sem serem multisseriadas, mais de uma turma fosse agrupada: *“Estudávamos em alguns casos com duas turmas juntas, e isso contribuía*

para uma dificuldade com os conteúdos” (Luiz, 2017); *“Um pouco bagunçada, visto que por ter poucos alunos na turma e poucos professores, muitas vezes estudava na mesma sala duas até três turmas diferentes”* (Antônio, 2017).

Devido a essas dificuldades, muitos professores optam por não assumir aulas nessas áreas de fronteira, o que causa um déficit no número de docentes necessários, como narrado pelos egressos. A falta de profissionais faz com que os professores tenham que ministrar disciplinas para as quais não têm formação, a fim de suprir a falta de profissionais na área.

Um elemento desafiador do professor e dos alunos, que pode ajudar a explicar a falta de professores e o índice de desistência dos estudantes, é a questão do acesso à escola e da limitação das séries ofertadas na instituição, como narra Rodrigo (2017):

A partir da 5ª série cursei no período noturno, pois a escola oferecia da pré-escola até a 4ª série à tarde e da 5ª a 8ª série à noite. Isso ocorria, pois a Vila Miguel localiza-se a 35 km da sede do município de Sete Quedas. Havia um ônibus que trazia os professores por volta das 12 horas para que pudessem dar aula no período vespertino e noturno, e após o término da aula, às 22 horas, o ônibus retornava para a cidade com os professores. Para cursar o ensino médio, foi necessário transferir-me para outra escola. Assim, a Escola Estadual Guimarães Rosa entrou em minha trajetória escolar. Como eu ainda residia no Paraguai, para chegar até a escola, localizada no município de Sete Quedas-MS, utilizava dois tipos de transporte: 5 quilômetros eram percorridos de bicicleta, pois o ônibus não chegava até minha moradia; e mais 35 quilômetros com o ônibus cedido pela prefeitura do município.

No entanto, uma questão específica das escolas de fronteira está relacionada à língua. Ao mencionarem os desafios da interação com os colegas e professores da escola, os egressos relatam como uma das maiores dificuldades enfrentadas o fato de terem como língua materna outro idioma, pois falavam castelhano

ou guarani em casa e na escola só se falava em português: “No início quando entrei na escola, a dificuldade da língua. Falamos castelhano ou guarani em casa e na escola tinha que falar o português. Isso foi bastante confuso no início” (Luiz, 2017). “[...] o idioma me prejudicou, não falava muito bem o português” (Enrique, 2017).

Rodrigo (2017) também narra:

Lembro-me que tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio, estudei com alunos paraguaios e também indígenas. Lembro-me, ainda, da diversidade de culturas e também de línguas, pois muitos não sabiam ou sabiam muito pouco a língua portuguesa. Por conta disto, era evidente a dificuldade que tinham no aprendizado. Muitos deles acabavam reprovando por vários anos, até conseguirem se adequar e compreender a língua e assim aos poucos conseguiam prosseguir nos estudos.

Já Mário, o estudante do ensino médio, que é brasileiro, porém morou por 13 anos no Paraguai e, durante sua escolarização básica, teve que se deslocar diariamente para a escola no Brasil, pelo fato de que “onde morava no Paraguai não tinha escola próxima”, também considera que sua maior dificuldade foi com o idioma: “foi com a linguagem, porque falávamos português, castelhano, então às vezes era confuso”.

De modo geral, a formação de professores não abrange o trabalho com questões que envolvem tal diversidade existente na fronteira, em que a questão da língua é uma das mais evidentes. Na fronteira com o Paraguai, o português, o espanhol e o guarani, idiomas oficiais, fazem-se presentes, além do portunhol, que é o idioma “popular”.

Fica evidente que, na fronteira, muitos alunos falam mais de uma língua, sendo que na escola eles utilizam uma linguagem híbrida, misturando os idiomas.

A escrita e a linguagem são determinantes para se reconhecer este aluno na sala de aula, conforme Santos e Cavalcanti (2008, p. 442):

Embora outros fatores também influenciem na atitude negativa em relação ao aluno ‘brasi-guaio’ no contexto escolar como, por exemplo, a diferença de conteúdos em algumas disciplinas como história e geografia dos dois países, a questão da linguagem, na sua forma escrita – tanto na escrita realizada pelo aluno, como na leitura de textos – é que torna o aluno ‘brasi-guaio’ mais visível no contexto escolar.

Levando em consideração que uma boa parte destes alunos, pelo convívio social, já aprendeu a ler e a escrever em sua língua materna, é compreensível que possa levar um tempo para que assimile e consiga se adaptar ao uso da língua portuguesa. Porém, a questão da língua não pode ser vista como uma barreira para a integração dos povos, segundo Anastácio:

[...] o fator linguístico não é utilizado como barreiras ou limites na interação dos povos fronteiriços, antes é utilizado como ponte ou elo de comunicação e interação binacional, formando um ambiente único, com povos que convivem conjuntamente, mesclando ou praticando línguas oficiais dos dois países, assim como língua formulada nesse contexto, tratada como ‘não oficial’, porém presente nos meios sociais, como forma de se comunicar com o ‘outro’, demonstrando interesse e respeito no idioma que lhe seja desconhecido. (ANASTÁCIO, 2018, p. 101)

Buscando uma alternativa para amenizar esse problema e poder fomentar a integração entre os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul), os países membros criaram o Projeto Escolas Bilíngues de Fronteiras (PEIBF), em 2005. Em um primeiro momento, apenas o Brasil e a Argentina iniciaram projetos em escolas de fronteira. Posteriormente, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela tiveram escolas que aderiram ao projeto.

Iniciativas como esta são primordiais para que os alunos da fronteira tenham sucesso em sua jornada escolar. Porém, Flores (2010) aponta em seu trabalho que apenas um pequeno grupo de escola havia aderido ao pro-

grama até o ano de 2010: 13 escolas no Brasil e 13 nos outros cinco países.

Outros desafios também foram relatados pelos egressos, pelo pesquisador e pelo aluno do Ensino Médio, o que demonstra que problemas existentes desde 1996 ainda perduram nas escolas de fronteira.

Isto fica claro quando questionados acerca dos conteúdos trabalhados na escola, principalmente nas disciplinas de Geografia e História. Os entrevistados relatam não ter aprendido muita coisa sobre o Paraguai, e sim um enfoque maior, ou total, nas questões geográficas e históricas brasileiras: *“Aprendi bastante coisa do Brasil. Porém do Paraguai quase nada”* (Luiz, 2017). *“Muitos professores não tinham formação acadêmica nessas disciplinas”* (Antônio, 2017); *“[...] poucas aulas dessas disciplinas”* (Matias, 2017).

O pesquisador reflete nesse sentido, ao relembrar sua escolarização:

Foi a partir do ensino médio, quando passei a estudar nesta escola, que tive um contato maior com alunos paraguaios. Além da dificuldade com a língua, havia ainda alguns assuntos que deixavam os paraguaios, que ali estudavam, em situação desconfortável. O mais evidente quando o assunto era guerra do Brasil com o Paraguai. Tal assunto foi pouco explorado pelos professores. Nos meus três anos de ensino médio, em nenhum momento foi trabalhado um conteúdo diferente para estes alunos, ou foi desenvolvido algum projeto para que fosse apresentada e valorizada a cultura paraguaia. (Rodrigo, 2017)

Conforme as respostas dos entrevistados, é possível perceber a ausência de conteúdos locais, ou até mesmo do idioma local, pois no currículo constava, como disciplina estrangeira, o inglês e não o espanhol; ofertado um ensino unitário, sem considerar a diversidade da fronteira.

Pereira (2014, p. 102), nesse sentido, aponta:

A escola brasileira ignorou por muitos anos a condição de fronteira. Nela imperou uma re-

lação formal que anulou as diferenças em virtude da força homogeneizadora da escola. Ela funcionou como as demais escolas do território nacional. Por muitos anos os conteúdos baseavam-se exclusivamente no livro didático enviado pela FAE/MEC, uma vez que a parte diversificada do currículo não se destinava a projetos ou a atividades que contemplassem as particularidades locais.

Diante das respostas dos entrevistados é preciso refletir sobre o currículo da área de humanas nas escolas de fronteira, buscando analisar e trazer as disciplinas à realidade dos alunos. Substituir o ensino da língua inglesa pelo espanhol seria um início, valorizando a língua falada na fronteira. No que tange às disciplinas de Geografia e História, seria relevante não restringir os assuntos ao contexto do Brasil, mas abordar temas referentes aos países vizinhos. Na disciplina de Arte, poder-se-ia apresentar a cultura local, valorizando e incentivando a sua preservação, usando-a como ferramenta de integração e não de exclusão.

Incluir nos referenciais curriculares municipais e estaduais conteúdos nas diferentes disciplinas que abrangem o município contíguo, contextualizando o conhecimento para os alunos pendulares que estudam nas escolas brasileiras e moram no Paraguai, dando reconhecimento, valorização e visibilidade a esses alunos e também propiciando conhecimento ao aluno brasileiro e, por que não dizer?, ao docente brasileiro, uma vez que esses docentes, muitas vezes desconhecem a realidade do município contíguo. (ANASTÁCIO, 2018, p. 144)

Os conteúdos trabalhados nas disciplinas devem contribuir para que o aluno possa compreender a sua realidade, bem como a do ambiente em que está inserido, tendo a preocupação em preservar e valorizar as culturas envolvidas neste processo.

Cabe ainda ao poder público, por meio de políticas e projetos, reconhecer as múltiplas diferenças e garantir que, tanto o Plano Estadual de Educação (PEE) como o Plano Municipi-

pal de Educação (PME), ambos formulem propostas que possam propiciar um aprendizado diferenciado aos alunos de escolas de fronteira, tendo em vista melhorar o desempenho destes estudantes.

Nesse sentido:

[...] faz-se necessário reafirmar que os mecanismos de discriminação que são construídos socialmente podem ser combatidos, especialmente nas crianças. Ainda, escolas que contemplam no seu interior sujeitos nas condições focalizadas por este texto têm um significativo papel na história desses sujeitos no que se refere ao reconhecimento de suas histórias singulares, sem resvalar para o individualismo ou para o subjetivismo, promovendo a otimização dos valores de tolerância. (PEREIRA, 2014, p. 105)

A escola tem um papel importante na cultura, no entrelaçamento e no diálogo. Por isso, torna-se tão importante saber como tem sido essa assimilação e convivência em países de fronteira, em especial o Brasil, que recebe esses estudantes. Como essas histórias, existem diversas outras pelas fronteiras dos Brasil afora. Os desafios ainda estão presentes. É preciso dar mais atenção a escolas fronteiriças e pensar nas possibilidades de interação educacional diante das especificidades existentes nesse contexto.

Considerações Finais

A pesquisa aponta que se faz necessária a elaboração de políticas públicas e projetos educacionais que repensem o currículo em áreas de fronteira, bem como o investimento na formação de professores fronteiriços, com ênfase na valorização do hibridismo cultural e na superação dos preconceitos.

As escolas têm papel fundamental na quebra desses paradigmas, pois é o local do diálogo, das aprendizagens, dos conhecimentos históricos e geográficos, em que os estudantes

aprendem a diversidade de culturas e a relação de pertencimento. Cabe à escola trabalhar as questões culturais e fortalecer os laços entre os países.

Entre todas as problemáticas apontadas na pesquisa, a linguagem é a mais latente, pois ela é fator principal na comunicação. Os alunos paraguaios têm, em seus primeiros anos de escola, seu desempenho comprometido, pois necessitam de um bom tempo para conseguir entender e dar significado à língua portuguesa.

Destacamos ainda que pouco tenha sido feito por parte do Estado para que esta realidade seja diferente, ignorando um problema que tem afetado muitos alunos fronteiriços, não só paraguaios, mas também os “brasiguaios”, que, em sua maioria, se sujeitam a todas as dificuldades aqui apontadas ao recorrerem às escolas no Brasil, ora por não terem outra opção, ora em busca de melhores condições de vida e formação.

Concluimos, assim, ressaltando a necessidade do poder público implementar políticas públicas diferenciadas, voltadas para atender estas escolas, bem como promover formação continuada específica para os docentes que trabalham com estes alunos, conscientizando-os de que a fronteira é um espaço diferenciado, cuja comunidade escolar possui os mais distintos aspectos sociais e culturais.

Referências

ANASTÁCIO, Luci Meire Corrêa. **Fronteira e educação pública:** o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) em Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Cevalero (PY). 2018. 163f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar. **Educação**. 2017. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- FEDATTO, Nilce A. S. F. Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola brasileira numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Paraguai. In: OLIVEIRA, Tito M. de. (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2005. p. 491-510.
- FLORES, Olga Viviana. Breve histórico do projeto “Escola Intercultural Bilingue de Fronteira”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFESSORES DE LÍNGUAS OFICIAIS DO MERCOSUL, 1., 2010, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2010. p. 1-9.
- FREITAS, Maria Tereza Menezes; FIORENTINI, Dario. As possibilidades formativas e investigativas da narrativa em educação matemática. **Horizontes**, Itatiba, v. 25, n. 1, p. 63-71, jan./jun. 2007.
- LUCE, Maria Beatriz. Línguas e linguagens na fronteira: a universidade. In: BOESSIO, Ana Lúcia Montano; RIZZON, Carlos Garcia. (Orgs.). **Fronteiras conceitos e práticas em contato**. São Paulo: Todas as Musas, 2014. p. 2-15.
- MAX, Cláudio Zarate; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista. **Geosul**, [s.l.], v. 24, n. 47, p. 7-27, 2009.
- MELO, Sílvia Mara de.; STIVANELLO, Adriana; SILVA, Sandra Maria Portilho da.; SILVA, Luzia Bernardes da. Relações conflituosas no ensino em região de fronteira. **INTERLETRAS**, [s.l.], v. 5, n. 23, p. 1-12, mar./set. 2016 Disponível em: <http://www.interletras.com.br/ed_anteriores/n23/conteudo/artigos/21.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
- NUNES, Flaviana Gasparotti. Projetos de formação escolar para escolas em áreas de fronteira. **Revista da ANPEGE**, Dourados, MS, v. 7, n. 1, número especial, p. 205-216, out. 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6564/3564>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- PEREIRA, Jacira Helena do Valle. Educação na fronteira: o caso Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY). **Papéis**, Campo Grande, v. 18, n. 36, p. 93-106, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3015/2443>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura; SIMAS, Vanessa França. Pesquisa narrativa em três dimensões. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, 6., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- SANTOS, Maria Elena Pires; CAVALCANTI, Marilda do Couto. Identidades híbridas, língua(gens) provisórias – Alunos “brasiguaios” em foco. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 47, n. 2, p. 429-446, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v47n2/a10v47n2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- SCHERMA, Márcio Augusto. **As políticas brasileiras para a faixa de fronteira: um olhar a partir das relações internacionais**. 2015. 272 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- SILVA, Rodrigo Rocha. **A educação na fronteira entre Brasil e o Paraguai: narrativas auto(biográficas) de um fronteiriço**. 2017. 50 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.
- SILVA, Zanete Ruiz. **Práticas pedagógicas interculturais na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru: um estudo na Escola Estadual Marechal Rondon**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.
- SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 137-156, ago. 2006.
- TORCHI, Gicelma da Fonseca Chacarosqui; SILVA, Crisliane Patrícia. A expansão do Programa Escolas

Interculturais de Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, MS, n. 17, p. 33-46, jul./dez., 2014.

Recebido em: 06.02.2019

Aprovado em: 04.09.2019

Rodrigo Rocha Silva é Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professor na rede estadual de ensino de Campo Grande, MS. e-mail: rodrigorsilva88@gmail.com

Av. Dom Antonio Barbosa (MS-080), 4.155, em frente ao Conjunto José Abrão. Campo Grande, MS. CEP: 79115-898.
Telefone: (67) 99281-4077

Orlando Moreira Junior é Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Líder do Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo, Território e Região (GEFRONTTER). e-mail: orlandomoreirajr@uems.br

Av. Dom Antonio Barbosa (MS-080), 4.155, em frente ao Conjunto José Abrão. Campo Grande, MS. CEP: 79115-898
Telefone: (67) 98119-8580